

AUTONOMIA E AVALIAÇÃO FORMATIVA: PAULO FREIRE E A CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS AVALIATIVOS DIALÓGICOS

AUTONOMY AND FORMATIVE ASSESSMENT: PAULO FREIRE AND THE CONSTRUCTION OF DIALOGICAL ASSESSMENT PROCESSES

AUTONOMÍA Y EVALUACIÓN FORMATIVA: PAULO FREIRE Y LA CONSTRUCCIÓN DE PROCESOS DE EVALUACIÓN DIALÓGICOS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-180>

Data de submissão: 15/06/2025

Data de publicação: 15/07/2025

Eduardo Nunes Silva

Doutorando em Ensino de Ciências Exatas
Instituição: Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)
E-mail: eduardo.silva35@universo.univates.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6187161433917461>

Anderson Nascimento Vaz

Mestrando em Educação Profissional e Tecnologica (ProfEPT)
Instituição: Instituto Federal do Pará (IFPA)
E-mail: anderson.vaz@ifap.edu.br

André Costa da Silva

Doutorando em Psicologia
Instituição: Universidade Paulista (UNIP)
E-mail: andre.silva522@docente.unip.br

Kyrleys Pereira Vasconcelos

Doutoranda em Educação
Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: kvasconcelos81@gmail.com

Simone Rodrigues Silva

Doutora em Química
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: simone.rodrigues@ufr.br

Getúlio Antônio de Freitas Filho

Doutor em Ciências da Saúde
Instituição: Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)
E-mail: getulioantonio@unirv.edu.br

Walmir Fernandes Pereira

Pós-doutorado em Educação
Instituição: Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
E-mail: walmi.fernandes@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8916022554187684>

Janaina Santana da Costa

Doutora em Educação

Instituição: Campus Universitário de Arraias da Universidade Federal do Tocantins (UFT Arraias)

E-mail: janaina.costa@uft.edu.br

RESUMO

O presente artigo discute a avaliação formativa sob a perspectiva da pedagogia freiriana, propondo uma abordagem centrada no diálogo, na escuta ativa e na promoção da autonomia dos estudantes. A avaliação, tal como historicamente estruturada nas instituições escolares, tem sido marcada por práticas classificatórias, punitivas e padronizadas, que pouco contribuem para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Em contraposição, Paulo Freire propõe uma avaliação dialógica, orientada pelo respeito às trajetórias dos educandos e pelo compromisso ético com a formação crítica. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter teórico-argumentativo, fundamenta-se em obras de referência de Freire, como Pedagogia da Autonomia e Pedagogia do Oprimido, e em autores que discutem a avaliação em uma perspectiva formativa, como Cipriano Luckesi, Jussara Hoffmann e Charles Hadji. Também são mobilizadas contribuições de Stephen Ball e Michel Foucault para refletir sobre os efeitos das políticas formativas na prática avaliativa docente. Os resultados apontam que a construção de uma avaliação comprometida com a autonomia requer ruptura com os modelos centrados na mensuração de resultados e no controle, demandando espaços pedagógicos que valorizem o processo, a escuta e o diálogo. Conclui-se que a avaliação formativa freiriana não representa apenas uma técnica alternativa, mas uma concepção de educação pautada na justiça, na solidariedade e na emancipação. Trata-se de compreender o ato de avaliar como parte integrante da construção do sujeito e do projeto democrático de escola.

Palavras-chave: Avaliação Formativa. Paulo Freire. Autonomia. Educação Democrática.

ABSTRACT

This article discusses formative assessment from the perspective of Freirean pedagogy, proposing an approach centered on dialogue, active listening, and the promotion of student autonomy. Assessment, as historically structured in educational institutions, has been marked by classificatory, punitive, and standardized practices that contribute little to the integral development of individuals. In contrast, Paulo Freire proposes a dialogical assessment, guided by respect for students' trajectories and an ethical commitment to critical education. The research, qualitative in nature and theoretically argumentative, is based on Freire's landmark works, such as *Pedagogy of Autonomy* and *Pedagogy of the Oppressed*, and on authors who discuss assessment from a formative perspective, such as Cipriano Luckesi, Jussara Hoffmann, and Charles Hadji. Contributions by Stephen Ball and Michel Foucault are also used to reflect on the effects of performative policies on teacher assessment practices. The results indicate that developing an assessment committed to autonomy requires a break with models centered on measuring results and control, demanding pedagogical spaces that value process, listening, and dialogue. It concludes that Freirean formative assessment represents not just an alternative technique, but a conception of education based on justice, solidarity, and emancipation. It involves understanding the act of assessment as an integral part of the construction of the individual and the democratic project of the school.

Keywords: Formative Assessment. Paulo Freire. Autonomy. Democratic Education.

RESUMEN

Este artículo analiza la evaluación formativa desde la perspectiva de la pedagogía freireana, proponiendo un enfoque centrado en el diálogo, la escucha activa y la promoción de la autonomía

estudiantil. La evaluación, tal como se ha estructurado históricamente en las instituciones educativas, se ha caracterizado por prácticas clasificadorias, punitivas y estandarizadas que contribuyen escasamente al desarrollo integral de las personas. En contraste, Paulo Freire propone una evaluación dialógica, guiada por el respeto a las trayectorias estudiantiles y un compromiso ético con la educación crítica. La investigación, de carácter cualitativo y teóricamente argumentativa, se basa en obras emblemáticas de Freire, como Pedagogía de la Autonomía y Pedagogía del Oprimido, y en autores que abordan la evaluación desde una perspectiva formativa, como Cipriano Luckesi, Jussara Hoffmann y Charles Hadji. También se utilizan las contribuciones de Stephen Ball y Michel Foucault para reflexionar sobre los efectos de las políticas performativas en las prácticas de evaluación docente. Los resultados indican que desarrollar una evaluación comprometida con la autonomía requiere romper con los modelos centrados en la medición de resultados y el control, exigiendo espacios pedagógicos que valoren el proceso, la escucha y el diálogo. Se concluye que la evaluación formativa freireana representa no solo una técnica alternativa, sino una concepción de la educación basada en la justicia, la solidaridad y la emancipación. Implica comprender el acto de evaluar como parte integral de la construcción del individuo y del proyecto democrático de la escuela.

Palabras clave: Evaluación Formativa. Paulo Freire. Autonomía. Educación Democrática.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação escolar permanece como uma das práticas mais recorrentes e controversas no interior das instituições educativas. Mesmo diante das transformações curriculares e pedagógicas, persiste um modelo baseado na classificação, na hierarquização e na mensuração de resultados, frequentemente reduzindo o processo educativo a instrumentos de verificação padronizada. Essa lógica tende a negligenciar a complexidade do ato de aprender, limitando-se a captar fragmentos de desempenho e desconsiderando trajetórias, ritmos e sentidos construídos pelos sujeitos.

No cenário educacional brasileiro, a cultura da avaliação somativa se entrelaça à busca por eficiência e controle, especialmente nas redes públicas, onde a imposição de metas e a realização de exames externos moldam as práticas docentes. Esse contexto colabora para a emergência de uma concepção tecnicista e burocrática de avaliação, marcada pela performatividade e por dispositivos de regulação que impactam o cotidiano das escolas. Nesse modelo, o erro é penalizado, e a aprendizagem se converte em resultado quantificável.

Diante desse panorama, cresce a necessidade de retomar concepções de avaliação que reconheçam o sujeito em sua integralidade. A avaliação formativa surge como alternativa ao modelo tradicional, pois prioriza o acompanhamento contínuo das aprendizagens, a mediação reflexiva e a escuta ativa. Essa abordagem não separa ensinar de avaliar e propõe que o processo de construção do conhecimento seja valorizado, e não apenas os produtos finais.

Paulo Freire, ao propor uma educação fundamentada no diálogo e na emancipação, oferece subsídios teóricos consistentes para repensar a avaliação. Em *Pedagogia da Autonomia* (1996), o autor insiste na inseparabilidade entre ensino e formação ética, indicando que o ato de avaliar deve estar comprometido com a dignidade dos sujeitos, com sua escuta e com a construção de autonomia. Avaliar, nesse sentido, não se restringe a julgar, mas a criar possibilidades de reinvenção.

O pensamento freiriano rompe com a ideia de neutralidade e traz à tona uma concepção política da prática pedagógica. Ao conceber o educador como sujeito que se compromete com a transformação social, Freire interpela a avaliação como parte do processo de humanização. O diálogo, central em sua proposta, exige que a avaliação seja situada, contextualizada e partilhada entre educadores e educandos, reconhecendo saberes e trajetórias.

A perspectiva da autonomia, como valor fundante da pedagogia freiriana, implica em considerar os estudantes como protagonistas. Isso demanda romper com a prática avaliativa que subordina os aprendizes a critérios externos e descolados da realidade vivida. Avaliar implica, nesse caso, em acolher a diversidade de experiências, ritmos e modos de aprender, valorizando a escuta e o respeito às singularidades.

Ao contrário da lógica classificatória, que fixa identidades e estabelece hierarquias, a avaliação freiriana se orienta por princípios éticos e políticos. Seu foco está na mediação do conhecimento e na criação de condições para que o educando se compreenda como sujeito do próprio processo. A escuta ativa, nesse cenário, deixa de ser recurso e passa a constituir método e horizonte pedagógico.

O movimento de avaliar, inspirado por Freire, recusa tanto o espontaneísmo quanto a rigidez dos exames formais. Ele se ancora na problematização e na leitura crítica da realidade, envolvendo educadores e educandos em um processo que ultrapassa os muros escolares. Trata-se de reconhecer que a avaliação também é lugar de produção de sentido e de construção de projetos de vida.

Ao propor uma avaliação dialógica, comprometida com a autonomia e a emancipação, este artigo se alinha às correntes críticas da pedagogia, que denunciam o uso da avaliação como instrumento de exclusão e reforço das desigualdades. O objetivo é refletir sobre práticas avaliativas que respeitem a complexidade do ato de aprender e que se articulem a uma educação libertadora.

Neste sentido, o artigo busca discutir como os princípios da pedagogia freiriana podem fundamentar uma avaliação centrada no diálogo, na escuta ativa e na valorização do processo. Ao contrapô-la à avaliação punitiva, classificatória e performativa, pretende-se contribuir com a construção de práticas avaliativas mais humanas, democráticas e coerentes com o direito à educação como experiência de liberdade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O pensamento pedagógico de Paulo Freire permanece como referência fundamental para repensar práticas educativas comprometidas com a emancipação e com a formação de sujeitos conscientes. Ao defender que ensinar exige escutar, respeitar e dialogar, Freire propõe uma pedagogia que rompe com a verticalidade e recusa a lógica da imposição. Para ele, o educador não deposita conteúdos, mas se envolve em um processo de construção coletiva do saber, no qual ensinar e aprender se entrelaçam.

A relevância do pensamento pedagógico de Paulo Freire se amplia ao considerarmos sua defesa da contextualização do conhecimento, pois ele entendia que a educação só alcança seu potencial transformador quando emerge das realidades concretas e das experiências dos educandos. Freire rejeitava a "educação bancária", que reduz os alunos a meros depositários de informações, e defendia uma aprendizagem baseada na problematização do mundo, estimulando a consciência crítica e a capacidade de transformação social.

Sua proposta não se restringe a técnicas de ensino, mas se consolida como uma filosofia educacional comprometida, que enxerga a sala de aula como um ambiente de diálogo, questionamento

e ação em prol da equidade. Essa perspectiva mantém extrema atualidade ao confrontar modelos opressivos e inspirar práticas pedagógicas centradas na autonomia, na participação ativa e na construção coletiva do saber.

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. A arrogância do professor sobre os alunos é uma das formas através das quais se impede o desenvolvimento da autonomia dos educandos. É também uma das formas pelas quais o professor fere a sua própria identidade, já que, se ele se comprehende como educador, não pode deixar de reconhecer-se como educando também. Ensinar exige pesquisa, exige criticidade, exige o reconhecimento de que ninguém ignora tudo, de que ninguém sabe tudo (Freire, 1996, p. 29).

Na obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), Freire aponta que o ensino deve ser guiado por uma ética da responsabilidade e da liberdade, considerando os estudantes como sujeitos históricos, capazes de interpretar e transformar o mundo. Esse princípio é indissociável de sua defesa da autonomia como horizonte formativo. A autonomia, neste caso, não significa isolamento ou individualismo, mas a capacidade de agir com consciência crítica e responsabilidade social.

Para ele, a educação deve estar ancorada em uma ética dialógica, na qual a responsabilidade e a liberdade se articulam para reconhecer os educandos como seres históricos, ativos e transformadores. Essa concepção está profundamente ligada à sua visão de autonomia como meta essencial do processo educativo – não como mera independência individual, mas como um compromisso ético e coletivo. Para Freire, formar sujeitos autônomos significa cultivar a capacidade de refletir, decidir e agir criticamente, sempre em diálogo com o outro e em prol de uma sociedade mais justa. Dessa forma, sua pedagogia transcende a simples transmissão de conteúdos, propondo uma prática educativa que humaniza e emancipa.

Freire entende que a autonomia se constrói na relação com o outro e com o mundo, por meio da problematização da realidade e da escuta mútua. Avaliar, nesse contexto, é acompanhar o processo de formação do sujeito, com base em uma relação dialógica que reconhece os saberes prévios e respeita os tempos de aprendizagem. O educador, ao escutar o estudante, reconfigura sua prática e reorganiza os caminhos pedagógicos de forma colaborativa.

A autonomia, enquanto capacidade de decidir, de escolher, de resistir à pressão de receitas a serem decoradas e memorizadas, de inventar, de criar, de ousar, de pensar certo, de agir certo, exige um ambiente em que se aprenda criticamente, em que se cultive a curiosidade e a liberdade, em que se respeite a identidade de cada educando. Esse tipo de ambiente é inseparável do diálogo e da ação compartilhada (Freire, 1996, p. 66).

O diálogo ocupa um lugar central na pedagogia freiriana. Não se trata apenas de conversar, mas de criar condições para que a palavra do outro tenha sentido e potência no espaço educativo. O ato de

avaliar, ao ser orientado pelo diálogo, deixa de funcionar como julgamento e passa a ser mediação. A escuta, nesse processo, não é técnica, mas postura ética que exige abertura e sensibilidade às singularidades dos sujeitos.

Avaliar exige uma postura ética de quem se recusa a manipular o outro, de quem respeita a singularidade de cada sujeito em sua trajetória formativa. Avaliar é, em última instância, uma forma de amar. É preciso que o educador compreenda que escutar, interpretar e propor caminhos não é impor, mas partilhar (Freire, 1996, p. 87).

A prática avaliativa, sob essa ótica, não se reduz à verificação de resultados ou à quantificação de desempenhos. Ela implica observar, refletir, reler e replanejar, a partir das interações entre educadores e educandos. Como destaca Freire (1996), ensinar exige respeito à autonomia do ser, e avaliar exige reconhecer o outro como parte ativa da experiência formativa. A avaliação, assim, torna-se diálogo permanente com o processo.

Em diálogo com Freire, autores como Cipriano Luckesi (2011) defendem uma avaliação voltada para a promoção da aprendizagem. Para ele, avaliar é um ato amoroso e comprometido com a dignidade do educando, sendo incompatível com práticas punitivas e classificatórias. A avaliação deve contribuir para a melhoria da ação pedagógica e não para a exclusão ou para a rotulação de sujeitos.

Jussara Hoffmann (2013) também propõe que a avaliação seja compreendida como ato interpretativo e não como aplicação de instrumentos padronizados. Ela argumenta que avaliar deve envolver reflexão conjunta, construção de sentido e valorização dos percursos. A ênfase recai sobre o acompanhamento sensível do estudante, reconhecendo seus esforços, dificuldades e conquistas.

Charles Hadji (2001), ao tratar da avaliação em uma perspectiva democrática, afirma que o centro do processo deve ser o sujeito e não a nota. Avaliar implica diálogo, negociação de sentidos e produção de conhecimento compartilhado. O autor critica a naturalização da avaliação como instrumento de seleção e sugere que sua função pedagógica seja resgatada.

Esse conjunto de reflexões permite construir uma concepção de avaliação que se opõe à performatividade e ao controle. Autores como Stephen Ball (2004) e Michel Foucault (2008) contribuem para compreender como a avaliação se tornou dispositivo de regulação de condutas. Ball, ao analisar políticas educacionais, evidencia como os exames e indicadores moldam o comportamento docente e criam culturas de comparação e responsabilização.

A lógica performativa, marcada por metas, ranqueamentos e indicadores, compromete o caráter pedagógico da avaliação. As escolas passam a orientar suas práticas pela obtenção de bons resultados,

muitas vezes em detrimento da aprendizagem efetiva. Esse contexto dificulta a construção de relações horizontais e prejudica a escuta, pois o foco se desloca do sujeito para o dado estatístico.

A pedagogia freiriana, ao valorizar a autonomia, a escuta e o diálogo, apresenta-se como alternativa crítica a esse cenário. A avaliação, sob esse enfoque, deve ser formativa, processual e ética. Trata-se de acompanhar os sujeitos em sua trajetória, respeitar os tempos e reconhecer os sentidos que atribuem à sua aprendizagem. Essa proposta não nega o rigor, mas o reconstrói em uma lógica de cuidado e de compromisso com a formação integral.

Ao colocar o diálogo no centro da avaliação, Paulo Freire rompe com a tradição tecnicista e oferece fundamentos teóricos e éticos para a construção de práticas pedagógicas mais humanas. A avaliação deixa de ser um momento isolado e passa a integrar o processo de ensinar e aprender, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação da realidade.

3 METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-argumentativa, fundamentada na análise crítica de obras de referência no campo da educação. Trata-se de um ensaio construído a partir da articulação entre os princípios da pedagogia freiriana e os debates contemporâneos sobre avaliação formativa, com o objetivo de refletir sobre práticas avaliativas que priorizem o diálogo, a escuta ativa e a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

A escolha do referencial freiriano justifica-se pela centralidade que assume no campo da pedagogia crítica e por seu potencial de reorientação das práticas avaliativas em contextos escolares marcados por lógicas classificatórias e de controle. Foram selecionadas obras consagradas de Paulo Freire, como *Pedagogia da Autonomia* (1996), *Pedagogia do Oprimido* (1970) e *Educação como Prática da Liberdade* (1967), por serem textos que contribuem diretamente para a compreensão do papel formativo da avaliação e da construção da autonomia.

Além das contribuições de Freire, o estudo dialoga com autores que tratam da avaliação em uma perspectiva crítica e formativa, como Luckesi (2011), Hoffmann (2013) e Hadji (2001). Também foram incluídos textos que problematizam os efeitos da performatividade e da regulação nas práticas educativas, como Ball (2004) e Foucault (2008), de modo a compor uma base argumentativa que permita a contraposição entre modelos avaliativos distintos.

A análise das obras foi realizada por meio de leitura interpretativa e organização dos conceitos centrais relacionados à avaliação, autonomia, diálogo e performatividade. A partir desse percurso, buscou-se construir uma reflexão crítica sobre os fundamentos e implicações de uma avaliação

dialógica no contexto da educação básica, contribuindo com o debate acerca de práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação dos sujeitos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção de uma avaliação pautada na autonomia e no diálogo exige ruptura com práticas historicamente sedimentadas no cotidiano escolar. Tais práticas costumam operar com base em classificações rígidas, provas padronizadas e comparações constantes entre estudantes, o que reduz a complexidade dos processos de aprendizagem a números e escalas. Nesse ambiente, a avaliação se converte em um instrumento de controle, distanciando-se de sua função formativa.

Paulo Freire (1996) propõe outra compreensão para o ato de avaliar. Em sua perspectiva, avaliar deve ser um exercício de escuta, atenção e diálogo. A função da avaliação, nesse caso, não está em julgar ou rotular, mas em acolher o processo vivido pelo educando, interpretando seus movimentos de aprendizagem e colaborando com sua construção de sentido. A escuta ativa e o respeito à trajetória de cada sujeito tornam-se elementos estruturantes desse processo.

Essa abordagem valoriza o erro como parte integrante da aprendizagem. Em vez de puni-lo, o educador é chamado a compreendê-lo como indicador de percurso, de tentativas e de formulações em desenvolvimento. A avaliação freiriana, nesse sentido, não se guia pela lógica da correção imediata, mas pela mediação pedagógica, que acolhe, interpreta e reorganiza as ações de ensino e aprendizagem de forma conjunta.

A ideia de autonomia defendida por Freire articula-se diretamente à avaliação formativa. Quando o educando participaativamente do processo, reconhece seus avanços e identifica seus limites, ele desenvolve responsabilidade sobre o próprio percurso. Essa participação, no entanto, requer um ambiente escolar que incentive o diálogo, o questionamento e a construção coletiva do conhecimento, em vez da reprodução de respostas corretas previamente definidas.

A presença de instrumentos avaliativos como autoavaliações, portfólios, rodas de conversa e registros reflexivos exemplifica práticas que favorecem a escuta e a autoria dos estudantes. Nessas práticas, o estudante não é mero receptor de notas ou pareceres, mas construtor de sentidos e protagonista da análise de sua própria trajetória. Esse movimento desloca o foco do resultado para o processo e permite a ressignificação do papel da avaliação.

Ao considerar os princípios da pedagogia freiriana, comprehende-se que a avaliação formativa está comprometida com a emancipação. O ato de avaliar, nessa proposta, não pode ser neutro ou descontextualizado. Avaliar exige reconhecer as condições sociais, culturais e históricas dos sujeitos,

valorizando seus saberes e experiências. Essa perspectiva se opõe frontalmente a modelos uniformizadores que ignoram a diversidade das trajetórias escolares.

A lógica da performatividade, por outro lado, impõe uma avaliação instrumental e quantitativa. Conforme aponta Ball (2004), os sistemas educacionais contemporâneos vêm sendo dominados por políticas que valorizam indicadores de desempenho, metas e ranqueamentos. Essa cultura pressiona escolas e professores a concentrarem seus esforços na preparação para exames, frequentemente em detrimento da aprendizagem significativa.

Sob esse modelo, a avaliação se torna um mecanismo de regulação e responsabilização. A prática pedagógica passa a ser moldada por critérios externos, distantes da realidade escolar e das necessidades dos estudantes. O tempo do aprender é comprimido, a escuta é silenciada, e o erro é penalizado. A performatividade, nesse contexto, anula a dimensão humana da avaliação e enfraquece a construção da autonomia.

Freire, ao defender o diálogo como princípio pedagógico, propõe uma inversão dessa lógica. A avaliação não pode ser um instrumento de silenciamento, mas uma prática que escuta, reconhece e promove o sujeito. Isso implica repensar não apenas os instrumentos avaliativos, mas a própria concepção de escola, de currículo e de formação docente. Avaliar com base no diálogo é, antes de tudo, um compromisso ético com a dignidade do educando.

Além de Paulo Freire, autores como Hoffmann (2013) reforçam a importância de uma avaliação sensível ao processo. Para ela, o educador deve observar e interpretar os movimentos de aprendizagem, considerando os contextos e as estratégias que cada estudante mobiliza. A avaliação torna-se, assim, um processo interativo que envolve questionamento, escuta e reorganização pedagógica constante.

Luckesi (2011) sustenta que a avaliação deve ter caráter diagnóstico, contribuindo para decisões pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento. A classificação, segundo ele, é incompatível com a promoção da aprendizagem. Avaliar é, nesse caso, compreender os sentidos que o estudante atribui ao que aprende, intervindo de forma construtiva e respeitosa.

A integração dessas abordagens permite perceber que a avaliação dialógica não representa uma técnica alternativa, mas uma concepção de educação. Ela exige tempo, escuta, reflexão e confiança mútua entre educadores e educandos. Esse processo rompe com o imediatismo das métricas e se ancora em uma pedagogia comprometida com a formação de sujeitos críticos.

Ainda que haja iniciativas pontuais de incorporação da avaliação formativa, as práticas escolares continuam fortemente atreladas a modelos classificatórios. Muitas vezes, professores que desejam adotar uma postura dialógica enfrentam resistências institucionais, falta de tempo e ausência

de formação continuada. Isso revela a necessidade de políticas públicas que incentivem práticas avaliativas coerentes com os princípios freirianos.

A construção de uma avaliação dialógica e formativa requer uma escola que reconheça a escuta como parte do processo educativo. Avaliar não é punir, controlar ou medir, mas acompanhar, interpretar e dialogar. A pedagogia freiriana oferece fundamentos teóricos e éticos para que a avaliação se torne espaço de encontro, construção e emancipação dos sujeitos.

5 CONCLUSÃO

A avaliação, tal como praticada na maioria das escolas, tem reproduzido modelos que priorizam o controle, a classificação e a seleção, dificultando o reconhecimento da diversidade e dos diferentes tempos de aprendizagem. Esse padrão tem contribuído para o distanciamento entre professores e estudantes, tornando a avaliação um instrumento de exclusão e não de formação. A lógica performativa, amplamente disseminada nas políticas educacionais recentes, reforça esse distanciamento ao padronizar critérios e desconsiderar os contextos escolares.

O pensamento pedagógico de Paulo Freire oferece alternativas para reconstruir a prática avaliativa a partir do diálogo, da escuta ativa e da promoção da autonomia dos sujeitos. Sua proposta convida educadores a abandonarem as práticas meramente classificatórias, substituindo-as por processos dialógicos que respeitem os saberes dos estudantes e favoreçam o seu desenvolvimento integral. Avaliar, nesse sentido, é um ato político, ético e comprometido com a emancipação.

As contribuições de autores como Luckesi, Hoffmann e Hadji ampliam esse entendimento ao enfatizar a avaliação como parte do ato pedagógico. Avaliar não é uma etapa isolada, mas componente indissociável do processo de ensinar e aprender. Essa compreensão reforça a importância de práticas que incentivem a autorreflexão, o diálogo constante e a tomada de decisões pedagógicas orientadas pela realidade dos estudantes.

A experiência escolar precisa ser repensada a partir de uma concepção de avaliação que não desconsidere a singularidade dos sujeitos e seus contextos. Para isso, é necessário que políticas públicas incentivem formações docentes contínuas e promovam condições institucionais que favoreçam práticas avaliativas mais humanas e democráticas. O educador, por sua vez, deve se comprometer com uma postura ética que reconheça a potência transformadora do ato de avaliar.

Assim, retomar os princípios freirianos como base para pensar a avaliação formativa representa um caminho possível para reconstruir relações pedagógicas mais justas. Ao integrar diálogo, escuta e respeito à trajetória dos sujeitos, a avaliação pode deixar de ser instrumento de exclusão para se tornar

espaço de construção coletiva do conhecimento, contribuindo com a efetivação do direito à educação em sua dimensão mais ampla.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para Promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011.